

PANORAMA GERAL

A economia brasileira vive um processo de hiperinflação. Os riscos de esse processo se tornar explosivo são reais e estão associados tanto ao vazio de poder que se cria no final do atual Governo como às expectativas em relação às medidas a serem tomadas pelo próximo. Sinais de que a situação pode agravar-se rapidamente são dados com frequência pelos movimentos especulativos sobre a moeda nacional na direção do ouro, do dólar ou de outros ativos reais.

Face a esse quadro, a política econômica resume-se na elevação dos juros como forma de evitar a fuga para ativos reais da massa de recursos especulativos em busca de valorização no mercado financeiro. O custo dessa política de juros elevados para as contas públicas é por demais conhecido: a dívida pública vem apresentando um crescimento real significativo, e seus encargos financeiros assumem valores equivalentes aos gastos de pessoal do Governo Federal. Essa delapidação do Tesouro da União significa uma diminuição dos recursos que deveriam ser canalizados aos serviços públicos essenciais e ao financiamento das atividades produtivas.

Essa crise financeira do setor público, além de projetar incerteza sobre o futuro, devido à consciência cada vez mais clara de que o Governo não poderá honrar sua dívida, se constitui num bloqueio à retomada do crescimento econômico, que necessita dos investimentos públicos nos setores de infra-estrutura, como energia, transportes e comunicações. É por esses motivos — expectativas desfavoráveis aos investimentos privados e bloqueios dos investimentos públicos — que parecem sem sustentação, a médio prazo, as taxas positivas de crescimento apresentadas pela indústria nestes últimos cinco meses. Para que essa recuperação possa prosseguir, é necessário que seja sustentada pela retomada dos investimentos e não apenas por fatores conjunturais, como são a antecipação do consumo e a reposição de estoque, entre outros.

O processo hiperinflacionário, embora se explique fundamentalmente pelos problemas estruturais que estão na raiz de nossa crise, ganha autonomia e passa a se alimentar das expectativas futuras. Essas se aguçam à medida que se esgota a eficácia da política econômica do Governo que termina e que se define o quadro sucessório. Por esses motivos, esse processo hiperinflacionário pode se tornar explosivo, desarticulando o processo produtivo e provocando consequências sociais avassaladoras, principalmente sobre a população marginalizada.

O fracasso dos planos de estabilização e as dificuldades enfrentadas pela política econômica em suas demais tentativas de reverter o atual quadro conjuntural deixaram a sociedade em compasso de espera, na expectativa de uma solução mágica a partir da próxima eleição presidencial. No entanto, embora a eleição presidencial seja o ponto de partida para a sustentação social das medidas que necessariamente deverão ser tomadas, ela, por si mesma, não resolverá os problemas. As dificuldades para implementação de um plano de emergência serão ainda grandes. As medidas de curto prazo exigidas, para serem eficazes, deverão definir-se no âmbito de um projeto de longo prazo. É essa a tarefa principal a ser enfrentada pelo próximo Governo.